Anais de Resumos Expandidos
VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais
ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Anais de Resumos Expandidos
VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais
ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

"O esconderijo do Altíssimo": a midiatização como legitimadora da desterritorialização de Comunidades Terapêuticas[1][1]

"The Shelter of the highest": mediatization and legitimation of deterritorialization in Therapeutic Communities[2]

Palavras-chave: Comunicação e Saúde; Midiatização; Comunidades Terapêuticas.

Maria Morena Felippe Guimarães Gomes

INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere no recém-iniciado Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Fiocruz), que objetiva a constituição de um método para práticas comunicacionais éticas de organizações sem fins lucrativos (ONG) que atuam na complementaridade ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a Lei nº 8.080/1990, que determina as competências de cada ente perante o SUS (Brasil, 1990). Nesse sentido, propomos aqui uma revisão bibliográfica acerca da atuação de Comunidades Terapêuticas (CTs), visando uma análise documental de material digital do Instituto Manassés, com enfoque em sua atuação no território e em rede, considerando a intersetorialidade.

Buscamos investigar de que maneira a comunicação produzida pelo Instituto

[1] Trabalho apresentado ao VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais. POSCOM-UFBA. Salvador, Bahia. POSCOM-UFSM. Santa Maria, RS. ECA-USP. São Paulo/SP.
[2] Pesquisa realizada sob a supervisão do Prof. Dr. Sandro Tôrres de Azevedo.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Manassés constrói legitimidade institucional por meio da midiatização, e em que medida essa construção discursiva corresponde, ou não, ao que se preconiza nas diretrizes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Partimos da hipótese de que o Instituto Manassés utiliza a lógica da midiatização (Sodré, 2019) para construir uma imagem pública de integração ao SUS e à rede de assistência, apropriando-se simbolicamente de seus princípios para legitimar práticas marcadas pelo isolamento territorial, pela fragilidade da atuação em rede e pela centralização do cuidado em referenciais religiosos e morais, contribuindo para a neutralização do comum e a disseminação da racionalidade neoliberal.

Fundamentamo-nos no campo da Comunicação e Saúde (Araújo; Cardoso, 2007), compreendendo-o como um espaço de disputas simbólicas em torno dos sentidos de saúde e de cuidado, em que se inserem organizações do Terceiro Setor como um de seus agentes, que configuram uma contradição particular, uma vez que, embora se apresentem como entidades de sociedade civil e receba recursos públicos, opera sob modelos de gestão privados (Albuquerque, 2006), na medida em que amplia sua participação na execução de políticas de saúde em meio a contrarreformas do Estado (Bravo, 1997) e à expansão da racionalidade neoliberal (Montaño, 2010). Nelas, inserem-se as Comunidades Terapêuticas (CTs), entes voltados ao atendimento de pessoas que fazem uso significativo de drogas, atuando sob o tripé trabalho, disciplina e espiritualidade, associado ao isolamento e à abstinência (Passos et al., 2022), em tensão com os princípios da RAPS, orientada pelo cuidado em liberdade e no território (Brasil, 2011).

De tal maneira, escolhemos enfocar aqui o Instituto Manassés diante da dimensão do território, que figura o protagonista do cuidado em saúde mental enquanto espaço vivo e dinâmico, em que as relações sociais enriquecem a promoção ampla da saúde das pessoas e das populações (Duarte, 2015), qualificando as mediações simbólicas para com o espaço (Sodré, 2019). No SUS, a centralidade do território se expressa na regionalização e na organização de redes de cuidado capazes de articular diferentes serviços e níveis de atenção (Paim, 2009). Sendo assim, o território não se reduz a uma delimitação geográfica, mas constitui um espaço de produção de vínculos, pertencimentos e sentidos

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

compartilhados sobre a vida, a saúde e o cuidado.

É nesse contexto que propormos a intersetorialidade (OPAS, 2025) e a atuação em rede (Buss, 2000) como centrais na articulação entre diferentes sujeitos, saberes e

práticas que, em diálogo com Sodré (2019), fortalecem formas de vida ancoradas nas mediações simbólicas e na produção do comum, em contraste com a lógica da midiatização, que tende a reorganizar as experiências sob parâmetros informacionais.

METODOLOGIA

Nossa pesquisa tem caráter qualitativo, exploratório e ensaístico, partindo do campo da Comunicação e Saúde (Araújo; Cardoso, 2007) e fundamentada em revisão bibliográfica acerca do Terceiro Setor quando em complementaridade ao SUS a partir de teóricos das Ciências Sociais aplicadas, como Bravo (1997) e Montaño (2010), para conduzir uma análise documental de material digital com fins de compreender se o Instituto Manassés se vale da midiatização (Sodré, 2019) para construir uma imagem pública de integração à RAPS e ao território, apropriando-se das formas compartilhadas de existência do SUS. Para tanto, recorremos à teoria da comunicação como ciência do comum, de Muniz Sodré (2019), que permite compreendê-la como espaço de produção de vínculos e mediações simbólicas.

Nesse sentido, o conceito de bios midiático oferece uma chave analítica para investigar como a midiatização reorganiza relações sociais, subjetividades e regimes de visibilidade, possibilitando examinar tensões entre a imagem pública projetada pela CT e suas práticas institucionais concretas. Assim, o corpus é composto por publicações do perfil do Instituto Manassés no Instagram (Comunidade Terapêutica Manassés, 2025a; 2025b) que tratam, especificamente, do território e da atuação em rede com o SUS. A escolha do Instituto Manassés justifica-se por sua relevância no debate sobre comunidades terapêuticas e políticas de saúde mental, além da ampla documentação acadêmica existente sobre sua atuação (Passos et al., 2022; 2023; 2024), permitindo o confronto entre comunicação institucional e literatura especializada.

Portanto, partimos da compreensão preliminar de que a comunicação do Instituto Manassés opera por meio da lógica da midiatização, que tende a privilegiar a visibilidade organizacional em detrimento da constituição de vínculos territoriais e comunitários.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Nesse contexto, compreendemos intersetorialidade e atuação em rede como expressões do comum (Sodré, 2019), fundamentais para a articulação de sujeitos, instituições e práticas de cuidado.

DISCUSSÃO

A análise do material digital produzido pelo Instituto Manassés sugere uma tensão entre a imagem pública de integração à rede de saúde e as práticas efetivamente apresentadas pela instituição. Tal questão pode ser compreendida a partir da lógica da midiatização (Sodré, 2019), entendida aqui não apenas como uso de meios tecnológicos, mas como uma forma de reorganização das relações sociais. Nesse contexto, o Instituto mobiliza o bios midiático (Sodré, 2019) para construir uma narrativa de legitimidade associada aos princípios da RAPS, principalmente aqueles relacionados ao cuidado em rede e em liberdade (Brasil, 2011). Nesse sentido, em publicação de março de 2025, a entidade apresenta a comunidade terapêutica como o "esconderijo do Altíssimo" (Comunidade Terapêutica Manassés, 2025a), ressignificando o espaço da instituição como proteção espiritual e moral, em detrimento da promoção de um espaço comunitário e vinculativo (Sodré, 2019).

Essa dinâmica evidencia-se quando observada a partir do conceito de território (Duarte, 2015): enquanto a RAPS propõe a permanência dos sujeitos em seus contextos de vida e a articulação com recursos comunitários como centro vivente da comunicação, ou seja, um espaço simbólico para a construção de laços coesivos (Sodré, 2021), a comunicação institucional desloca o eixo do cuidado para seu interior, na qual tal espaço é reconstruído e subordinado ao distanciamento e ao código. Nessa perspectiva, o bios midiático converte relações territoriais complexas em cenários discursivos que nem sempre se traduzem em vínculos efetivos.

A mesma lógica se manifesta na relação da organização com a intersetorialidade (OPAS, 2025) e a atuação em rede (Buss, 2000). Em publicação de junho de 2025, o perfil divulga uma visita da Vigilância em Saúde da Área Programática 5.2 para testagem de

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

arboviroses, descrevendo-a como uma "parceria fundamental com a rede de saúde" (Comunidade Terapêutica Manassés, 2025b). Contudo, a cena registrada mostra uma interação pontual, na qual os profissionais de saúde aparecem distantes do acolhidos, enquanto o coordenador da ONG, Douglas Manassés, ocupa posição central na interlocução. Assim, mais do que expressar uma articulação intersetorial (OPAS, 2025; Buss, 2000), a publicação sugere uma ideia de interação, mediada não somente pelo coordenador da instituição, mas pela lógica de midiatização da visita em si. Sendo a vinculação à RAPS, bem como ao SUS, uma relação mais profunda e simbólica, que promove a reciprocidade e a coesão social (Sodré, 2019), o ente propõe, somente, uma apropriação discursiva possivelmente com fins de legitimar práticas restritas à CT.

Em linha, observamos a predominância do nível relacional (Sodré, 2019), marcado pela circulação de informações e signos de legitimidade, em detrimento do vinculativo, possibilitador da relação entre sujeito, território e instituições. Tal predominância figura uma manutenção da centralidade da CT no cuidado, dado que, no lugar de promover a autonomia dos usuários e sua inserção nas redes comunitárias, ela tende a reforçar uma estrutura verticalizada, na qual a instituição aparece como mediadora exclusiva desse processo. Soma-se a isso a ausência de evidências de articulações permanentes com equipamentos da saúde e da assistência. Assim, relações complexas e necessárias ao cuidado tendem a ser apresentadas como imagens harmonizadas de integração sem vínculo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que a comunicação do Instituto Manassés desloca o território de sua centralidade no cuidado para um bios midiático voltado à legitimação institucional. Ao privilegiar a circulação estratégica de signos de integração ao SUS, a organização constrói uma imagem que não encontra correspondência evidente nas práticas apresentadas, produzindo uma simulação do comum em lugar de vínculos efetivos. De tal maneira,

sugerimos que as práticas midiatizadas analisadas atuam como mecanismo de legitimação da desterritorialização da CT.

Ao se apropriar das imagens e dos elementos da saúde pública, a CT constrói uma imagem de rede que mascara a fragilidade da atuação intersetorial e a ausência de articulações. Compreendemos, portanto, que a midiatização não apenas informa práticas, mas reorganiza percepções para contribuir com a naturalização de formas de cuidado que se afastam dos princípios da integralidade, da territorialização e da desinstitucionalização preconizados pela RAPS, na medida em que parece operar na neutralização da construção de mediações simbólicas de ordem coletiva.

Como limitação, destacamos o reduzido número de publicações analisadas. Em pesquisas futuras, pretendemos ampliar o corpus empírico e aprofundar a investigação sobre os efeitos da midiatização na legitimação das comunidades terapêuticas, bem como incorporar essas reflexões à construção de um método para práticas comunicacionais éticas de organizações complementares ao SUS.

Referências

Albuquerque, A. C. C. Terceiro setor: história e gestão de organizações. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

Araújo, I. S.; Cardoso, J. M. Comunicação e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

Brasil, Lei no 8080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,correspondentes%20%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 20 mai. 2026.

Brasil. Portaria n.º 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 14 nov. 2025.

Bravo, M. I. S. Práticas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT/NAPE, 2001.

Buss, P. Políticas Públicas saudáveis e municípios saudáveis: promoção da saúde e qualidade devida. Ciência & Saúde Coletiva, 2000.

Comunidade Terapêutica Manassés. Dia de cuidado e prevenção na CT Manassés, 2025a. Disponível em:https://www.instagram.com/p/DG4Hy1fOhjq/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA. Acesso em: 10 mai. 2026.

Comunidade Terapêutica Manassés. Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, 2025b. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DKawjRauoFf/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA. Acesso em: 20 mai. 2026.

Duarte, M. J. O. Da lógica manicomial a Rede de Atenção Psicossocial: a questão das drogas no campo da saúde mental e as internações forçadas. In: Fernandez,O. F. R. L. et al. (Org.). Drogas e políticas públicas: educação, saúde coletiva e direitos humanos. Salvador: EdUFBA, 2015.

Montanõ, C. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010.

Organização Pan-Americana Da Saúde (OPAS). Estatuto da Rede de TIPS/ESA. Washington, D.C.: OPAS, 2024. Disponível em: https://www.paho.org/sites/default/files/240542_sep_fin_por_estatutoredetipsesa_0.pdf. Acesso em: 19 mai. 2026.

Paim, J. S. O que é o SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

Passos, R. G.; Prudencio, J. D. L.; Gomes, T. M. da S.; Santo, T. B. do E. (orgs.). Comunidades terapêuticas no Brasil: entraves e desafios para a atenção psicossocial. São Paulo: Hucitec, 2024.

Passos, R. G.; Gomes, T. M. da S.; Araújo, G. de C. L. de; Moreira, A. L. A. Comunidades terapêuticas, drogas e a disputa do fundo público. Argumentum, 2023. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9231616.pdf. Acesso em 02 mai. 2026.

Passos, R. G.; Gomes, T. M. da S.; Santo, T. B. do E. O avanço do conservadorismo no campo da saúde mental e drogas e as comunidades terapêuticas no Estado do Rio de Janeiro: uma análise do PL 565/2019. Em Pauta, Rio de Janeiro, 2022.

Sodré, M. A ciência do comum: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.